

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



PESSOAL - GRADUADO

DCA 39-4

**PLANEJAMENTO DO FLUXO DE CARREIRA DOS
GRADUADOS DA ATIVA DA AERONÁUTICA**

2020

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



PESSOAL - GRADUADO

DCA 39-4

**PLANEJAMENTO DO FLUXO DE CARREIRA DOS
GRADUADOS DA ATIVA DA AERONÁUTICA**

2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 202/GC3, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

Aprova a edição da Diretriz que dispõe sobre Planejamento do fluxo de carreira dos graduados da ativa da aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2º do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 67400.014666/2019-21, procedente do Comando-Geral do Pessoal, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da DCA 39-4 “Planejamento do Fluxo de Carreira dos Graduados da Ativa da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 031, de 27 de fevereiro de 2020)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 FINALIDADE	7
1.2 CONCEITUAÇÃO.....	7
1.3 ÂMBITO	8
2 FLUXO DE CARREIRA	9
2.1 PLANEJAMENTO DO EFETIVO DE GRADUADOS.....	9
2.2 FLUXO DE PROMOÇÕES	9
2.3 PARÂMETROS BÁSICOS DE SELEÇÃO DE GRADUADOS.....	9
2.4 LISTA DE MÉRITO RELATIVO DOS GRADUADOS	9
3 RECONHECIMENTO DO MÉRITO.....	11
3.1 TIPOS DE EVENTOS	11
3.2 ASPECTOS DEMERITÓRIOS	12
4 APRECIÇÃO DE RECURSO E DE FATO NOVO RELEVANTE.....	14
4.1 RECURSOS	14
4.2 FATO NOVO RELEVANTE.....	14
5 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	16

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Diretriz estabelece normas e procedimentos para o planejamento do fluxo de carreira dos graduados da ativa da Aeronáutica.

1.2 CONCEITUAÇÃO

1.2.1 COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE GRADUADOS

1.2.1.1 A Comissão de Promoções de Graduados da Aeronáutica (CPG) é o órgão permanente encarregado do processamento dos assuntos relativos às promoções do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica.

1.2.1.2 À CPG compete, precipuamente, as atribuições especificadas no art. 35 do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER) e a análise de mérito dos graduados fundamentada nos valores profissionais e morais, de acordo com o preconizado na Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), para selecionar a compor os Quadros de Acesso com vistas às promoções pelos critérios de antiguidade e merecimento; emitir parecer para realização de cursos regulamentares de carreira ou equivalentes; e assessorar as autoridades competentes nos assuntos envolvendo promoção, prorrogação de tempo de serviço e outros previstos em legislação específica.

1.2.2 FICHA DE AVALIAÇÃO DE GRADUADOS (FAG) - AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Ficha padronizada que retrata o desempenho do graduado. É um documento eletrônico preenchido por um oficial avaliador e revisado por um oficial superior, que, depois de enviado eletronicamente, passa a ter eficácia após homologação da Secretaria de Promoções (SECPROM). É preenchida, anualmente, ao final do Período Padrão de Avaliação.

1.2.3 FICHA CPG-4 - AVALIAÇÃO EVENTUAL

Destina-se ao relato excepcional e/ou oportuno de fato significativamente meritório ou demeritório relacionado aos conceitos profissional e moral do graduado. É um documento eletrônico, constante do SIGPES que, depois de enviado eletronicamente, passa a ter eficácia após homologação da SECPROM. É preenchida pelo Comandante, Chefe ou Diretor do graduado ou por oficiais-generais da FAB em relação a qualquer graduado.

1.2.4 EVENTO

Momento na carreira do graduado no qual é submetido à CPG para fins de reconhecimento do mérito.

1.2.5 PERÍODO SOB ANÁLISE

Lapso temporal considerado para análise quanto ao reconhecimento do mérito do graduado incluído em evento.

1.2.6 PLANO DE PESSOAL DA AERONÁUTICA (PPAER) - PCA 30-1

O documento que tem por finalidade estabelecer as ações a serem empreendidas pela Administração na área de planejamento de recursos humanos, de forma a atender às necessidades de pessoal com o máximo de eficiência, tendo em vista o cumprimento da NSCA 30-1 (Norma do SISPAER).

1.2.7 TABELA DE PESSOAL (TP)

A tabela que contém as necessidades de recursos humanos de todas as OM do COMAER, ajustadas aos limites da Lei vigente.

1.3 ÂMBITO

A presente Diretriz aplica-se à Secretaria de Promoções, à Comissão de Promoções de Graduados (CPG) e a todos os órgãos do Comando da Aeronáutica envolvidos com o fluxo de carreira dos graduados da ativa.

2 FLUXO DE CARREIRA

2.1 PLANEJAMENTO DO EFETIVO DE GRADUADOS

2.1.1 A Tabela de Pessoal (TP) será utilizada como parâmetro básico de planejamento para a definição das necessidades de efetivo dos graduados, por graduação e especialidade, e para a orientação do ingresso e do fluxo de carreira dos graduados da ativa da Aeronáutica, de modo a atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

2.1.2 A inclusão nos diversos Quadros deve ser considerada a partir da data de promoção à primeira graduação no Quadro após a sua formação no respectivo curso ou estágio.

2.1.3 A distribuição dos efetivos para o CPGAER deve contemplar as ações que visam a garantir a existência de militares em todas as graduações, em quantidades que supram as necessidades de pessoal.

2.2 FLUXO DE PROMOÇÕES

2.2.1 No processo de planejamento do fluxo de carreira dos graduados, deve ser considerada como unidade básica a graduação em que se encontram e na qual estão dispostos em ordem de precedência hierárquica.

2.2.2 O fluxo de carreira deverá ser planejado de maneira a atender às necessidades da Força no preenchimento de cargos e funções, observando os requisitos das várias graduações e especialidades.

2.3 PARÂMETROS BÁSICOS DE SELEÇÃO DE GRADUADOS

2.3.1 PRINCÍPIO DO MÉRITO RELATIVO

Aos graduados de maior mérito serão reservadas as promoções por merecimento, a seleção aos cursos regulamentares de carreira e a ascensão às graduações da hierarquia militar da Força Aérea.

2.3.2 ASCENSÃO POR MÉRITO

A ascensão às graduações da hierarquia militar está vinculada à formação acadêmica, à experiência e desempenho profissional e ao caráter do indivíduo.

2.4 LISTA DE MÉRITO RELATIVO DOS GRADUADOS

2.4.1 A Lista de Mérito Relativo (LMR) é constituída por graduados de uma mesma graduação, posicionados em ordem decrescente de mérito quantitativo, independente de precedência hierárquica.

2.4.2 A LMR tem por objetivo servir de instrumento básico de quantificação do mérito individual e do realce do graduado dentre seus pares para consulta, quando da apreciação pela CPG e por outros órgãos do Comando da Aeronáutica.

2.4.3 ELABORAÇÃO DA LISTA DE MÉRITO RELATIVO DOS GRADUADOS

2.4.3.1 A LMR deve ser elaborada anualmente pela SECPROM.

2.4.3.2 A LMR deverá posicionar os graduados de uma mesma graduação em ordem decrescente de pontuação total, independentemente de sua precedência hierárquica. De acordo com o total de pontos obtidos, em relação ao total geral máximo, o graduado é classificado em ordem de merecimento e posicionado, em relação à média, em faixas de merecimento.

2.4.3.3 A LMR é uma ferramenta de assessoria à tomada de decisão e o seu conhecimento é facultado somente aos envolvidos no processo decisório.

2.4.3.4 O Presidente da CPG deverá atualizar em ato administrativo a metodologia de cálculo da LMR para os graduados.

3 RECONHECIMENTO DO MÉRITO

O reconhecimento do mérito do graduado deve ser realizado por meio da apreciação da conduta moral e profissional do militar, observando outros aspectos específicos referentes a cada tipo de evento para o reconhecimento do mérito pela CPG.

3.1 TIPOS DE EVENTOS

3.1.1 QUADRO DE ACESSO POR MERECIMENTO

3.1.1.1 A inclusão de graduados em Quadro de Acesso por Merecimento (QAM) obedece ao previsto no REPROGAER e no Estatuto dos Militares no tocante às obrigações e deveres militares, devendo considerar os conceitos moral e profissional, além de outros requisitos peculiares como:

- a) a eficiência revelada no desempenho de funções e atividades;
- b) a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas;
- c) a capacidade de liderança, iniciativa e presteza de decisão;
- d) os resultados dos cursos regulamentares realizados; e
- e) o realce do graduado entre seus pares.

3.1.1.2 Na apreciação dos graduados para composição de QAM, a CPG deverá considerar, além dos atributos individuais, todo e qualquer aspecto relacionado com a avaliação global do graduado, com destaque para o caráter, a conduta social e familiar e a posição na LMR para verificação do realce entre seus pares.

3.1.2 QUADRO DE ACESSO POR ANTIGUIDADE

A inclusão de graduados em Quadro de Acesso por Antiguidade (QAA), além dos conceitos moral e profissional, obedece ao previsto no REPROGAER e no Estatuto dos Militares no tocante às obrigações e deveres militares.

3.1.3 CURSOS DE CARREIRA

3.1.3.1 O Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) estipulará os parâmetros para o estabelecimento da faixa de cogitação para a realização dos cursos de carreira.

3.1.3.2 A apreciação para o reconhecimento do mérito do graduado pela CPG para realizar curso de carreira, ou equivalente, deverá considerar:

- a) o conceito moral;
- b) o conceito profissional;
- c) a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas; e
- d) os parâmetros estabelecidos em Instrução Reguladora de Quadro e em Norma Reguladora.

3.1.4 PRORROGAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

3.1.4.1 A apreciação do mérito para fins de emissão de parecer da CPG para prorrogação de tempo de serviço, de acordo com o que preconiza o art. 25, inciso VI, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronautica (RCPGAER), deverá considerar:

- a) o conceito moral;
- b) o conceito profissional; e
- c) os parâmetros estabelecidos em Instrução Reguladora de Quadro e em Norma Reguladora.

3.1.4.2 A Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) disponibilizará à SECPROM a relação dos militares que serão submetidos ao processo de reconhecimento do mérito para fins de prorrogação de tempo de serviço.

3.1.5 INGRESSO NO OFICIALATO

3.1.5.1 A Diretoria de Ensino (DIRENS) disponibilizará à SECPROM a relação dos graduados que serão submetidos ao processo de análise do mérito, conforme previsão contida em norma específica, por terem sido aprovados em exame de seleção ao oficialato.

3.1.5.2 A apreciação do mérito para fins de emissão de parecer da CPG para ingresso no oficialato, de graduado ou ex-graduado, deverá considerar:

- a) o conceito moral;
- b) o conceito profissional;
- c) a potencialidade para o desempenho de funções mais elevadas;
- d) a capacidade de liderança, iniciativa e presteza de decisão;
- e) o caráter; e
- f) a conduta social e familiar.

3.2 ASPECTOS DEMERITÓRIOS

3.2.1 Serão considerados demeritórios, dentre outros, os seguintes apontamentos constantes do histórico militar do graduado, observando o período sob análise e as especificidades estabelecidas em norma da SECPROM:

- a) punições disciplinares;
- b) submissão a Conselho de Disciplina previsto no Decreto nº 71.500/72;
- c) CPG-4 demeritória;
- d) dívida com a Fazenda Nacional por alcance;
- e) violações da ética, dos valores, dos deveres e das obrigações militares constantes da Lei nº 6.880/80, bem como dos demais regulamentos e normas da Administração Militar;
- f) condenação transitada em julgado em processo criminal;

- g) nível de desempenho Muito Abaixo do Normal (MAB) e/ou Abaixo do Normal (ABN) em qualquer fator apreciado no campo “Conceito Profissional” de FAG periódica ou especial;
- h) assinalação “NÃO” em qualquer aspecto constante do campo “Conceito Moral” de FAG periódica ou especial; e
- i) desempenho aquém do esperado (DAE), relativo a comentários considerados desabonadores, que não tenha sido objeto de FRC (Ficha de Revisão de Conceito) e que não contenha nível de desempenho MAB ou ABN no “Conceito Profissional” nem assinalação “NÃO” em “Conceito Moral”.

3.2.2 Não serão considerados demeritórios, quando abrangidos no período sob análise, os seguintes apontamentos constantes do histórico militar do graduado:

- a) as punições anuladas judicialmente ou nas hipóteses previstas no art. 48 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER);
- b) as punições canceladas ou que forem objeto de cancelamento com base no art. 52 do RDAER;
- c) as absolvições criminais, com sentença transitada em julgado, fundamentadas na prova da inexistência do fato (art. 439, alínea “a”, primeira parte, do Código de Processo Penal Militar - CPPM, e art. 386, I, do Código de Processo Penal - CPP) ou na prova da negativa de autoria (art. 386, IV, do CPP); e
- d) os registros criminais cancelados mediante a apresentação da respectiva reabilitação judicial a que se referem os arts. 132, inciso I, e 133 da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares).

4 APRECIÇÃO DE RECURSO E DE FATO NOVO RELEVANTE

4.1 RECURSOS

4.1.1 O graduado não selecionado em 1ª Instância pela CPG para cursos de carreira, prorrogação do tempo de serviço ou ingresso no oficialato poderá interpor recurso ao Presidente da Comissão de Promoções de Graduados.

4.1.2 O graduado não selecionado em 1ª Instância para ingresso em Quadro de Acesso por Merecimento e/ou por Antiguidade poderá interpor recurso ao Diretor de Administração do Pessoal, via CPG.

4.2 FATO NOVO RELEVANTE

4.2.1 A constatação de existência de fato novo relevante pode decorrer de iniciativa da própria CPG ou de informação documental prestada por oficial-general da ativa da Aeronáutica ou pelo Comandante, Diretor ou Chefe da OM na qual serve o graduado, descrevendo justificativa ou fato ainda não conhecido pela CPG e presumivelmente capaz de modificar o seu conceito moral e/ou profissional, ou seu realce dentre os pares.

4.2.2 Uma vez analisados pela CPG e de acordo com o parecer do seu Presidente, poderão ser considerados fato novo relevante, dentre outros:

- a) sentença condenatória transitada em julgado na justiça comum ou militar;
- b) absolvições criminais com sentença transitada em julgado fundamentadas na prova da inexistência do fato (art. 439, alínea “a”, primeira parte, do Código de Processo Penal Militar - CPPM, e art. 386, inciso I, do Código de Processo Penal - CPP) ou na prova da negativa de autoria (art. 386, inciso IV do CPP);
- c) elogio, punição ou anulação de punição;
- d) cancelamento de punição a que se refere o art. 52 do RDAER;
- e) cancelamento dos registros criminais efetuado mediante a apresentação da respectiva reabilitação judicial a que se referem os arts. 132, inciso I, e 133 da Lei nº 6.880/80;
- f) informação relevante registrada em FAG periódica ou especial;
- g) evolução do desempenho global do militar após os últimos fatos demeritórios a critério da CPG;
- h) alteração do grupo ou da faixa para posicionamento na LMR dos graduados;
- i) informação registrada em CPG-4 meritória ou demeritória; e
- j) situações previstas no art. 44 do REPROGAER.

4.2.3 O graduado selecionado pela CPG para composição de QAA e/ou QAM poderá ser novamente apreciado pelo Plenário da CPG, até a data de sua promoção, no caso de surgimento de fato novo considerado relevante, pelo Presidente da CPG ao processo de seleção e presumivelmente capaz de modificar o parecer anterior de seu mérito. Nesse caso, a apreciação será conduzida pela Subcomissão de Primeira Instância da CPG e, conforme a deliberação da Subcomissão, ao graduado será oferecida nova possibilidade de recurso.

4.2.4 O graduado selecionado pela CPG para realizar curso ou estágio regulamentar de carreira poderá ser novamente apreciado pelo Plenário da CPG, até a data de sua matrícula no respectivo curso ou estágio, no caso de surgimento de fato novo considerado relevante pelo Presidente da CPG ao processo de seleção e, presumivelmente, capaz de modificar o parecer anterior de seu mérito. Nesse caso, a apreciação será conduzida pela Subcomissão de Primeira Instância da CPG e, conforme a deliberação da Subcomissão, ao graduado será oferecida nova possibilidade de recurso.

4.2.5 Tendo sido negado provimento de recurso contra ato de não seleção para curso ou estágio regulamentar de carreira, o graduado só poderá ser novamente apreciado pelo Plenário da CPG caso seja apresentado fato novo considerado, pelo Presidente da CPG, relevante ao processo de seleção e presumivelmente capaz de modificar o parecer anterior de seu mérito. Nesse caso, a apreciação será conduzida pela Subcomissão de Primeira Instância da CPG e, conforme a deliberação da Subcomissão, ao graduado será oferecida nova possibilidade de recurso, ressalvado o disposto no art. 55, inciso II, do Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993 (REPROGAER).

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Anualmente, o COMGEP deverá elaborar a proposta de portaria com a distribuição dos efetivos dos Quadros do CPGAER para o ano em curso.

5.2 As informações essenciais ao planejamento do fluxo de carreira dos graduados da ativa da Aeronáutica estão contidas no PCA 30-1.